

INCLUSÃO OU EXCLUSÃO? O RELATO DE UMA ALUNA COM DEFICIÊNCIA VISUAL MATRICULADA NA ESCOLA REGULAR

Thyanne Érica Torres de Assis
thyanne_eric@hotmail.com

Louise Sayonara Guedes Pereira
louise_sayo@hotmail.com

Luzia Guacira dos Santos Silva (Orientadora)
guaciraufrn@hotmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo apresentar e analisar o relato de uma aluna, caracterizada com cegueira congênita a partir da sua matrícula em uma escola regular de ensino e, assim, compreender se a mesma está sendo incluída de fato ou excluída no ambiente escolar. Considerando esses aspectos, foi realizada uma pesquisa de campo na instituição na qual a aluna está matriculada, localizada na cidade do Natal-RN, no sentido de acompanhar o seu cotidiano escolar, conhecer as dificuldades e os desafios enfrentados na escola regular. Para a obtenção e registro dos dados foi utilizada a observação direta e entrevistas semiestruturadas. A partir das observações e das entrevistas realizadas, foi possível compreender que, a aluna ainda sofre com o preconceito e com a discriminação em razão da sua deficiência, principalmente com os colegas, assim se sente excluída das atividades em sala, pois muitos dos professores não sabem encontrar estratégias pedagógicas para facilitar o processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Inclusão. Deficiência visual. Educação.

Abstract

The present work aims to present and analyze the report of a student, characterized with congenital blindness as from her enrollment in a regular school of education and, thus,



to understand if she is actually being included or excluded in the school environment. Considering these aspects, was conducted a field study at the institution in which the student is enrolled, located in the city of Natal-RN, in order to follow your daily school, understand the difficulties and challenges faced in regular school. To obtain and record data, was used direct observation and semistructured interviews. From the observations and performed interviews, it was possible to understand that the student still suffers with prejudice and discrimination because of her disability, specially with classmates, so she feels excluded from activities in the classroom, because many teachers don't know find pedagogical strategies to facilitate the process of teaching and learning.

Keywords: Inclusion. Visual disabilities. Education.

Introdução

De acordo com Martins (2006, p.17), a escola regular, não foi, nem é planejada para acolher a diversidade de indivíduos, mas para a padronização, para atingir os objetivos educativos daqueles que são considerados dentro dos padrões de “normalidade”. Assim, nos últimos anos as escolas e os demais órgãos da sociedade vêm sendo desafiados a alcançar e conquistar uma forma equilibrada, capaz de proporcionar uma cultura a todos os educandos, respeitando as suas especificidades e necessidades. Porém, percebe-se que esta não é uma tarefa fácil, embora muito já tenha sido feito, é preciso avançar ainda mais para se ter de fato uma escola inclusiva. De acordo com Stainback & Stainback, um ensino inclusivo deve ser:

a prática da inclusão de todos – independentemente se seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas. [...] para conseguir realizar o ensino inclusivo, os professores em geral e especializados, bem como os recursos, devem aliar-se em um esforço unificado e consistente (1999, p. 21).

O termo escola inclusiva ganhou foco principalmente com a Declaração de Salamanca (1994), onde o seu princípio fundamental é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades.

Diante do exposto, se faz necessário conhecer a realidade vivida por pessoas com alguma necessidade educacional Especial¹ em escolas públicas, a fim de analisar se estão sendo incluídas de fato, ou se prevalece nessas escolas a sua exclusão. Portanto, o trabalho aqui delineado, objetiva conhecer a realidade vivida por uma aluna cega, matriculada em uma escola regular da cidade do Natal-RN. E, a partir de seu relato e observação do seu cotidiano escolar, compreender se a mesma está incluída de fato, ou seja, participando, aprendendo, tendo as suas necessidades específicas atendidas na escola ou se sofre algum tipo de exclusão por parte da comunidade escolar – professores, gestores, colegas, funcionários, pais.

Tendo como objeto de estudo a educação da pessoa com deficiência visual, é importante compreender que esta pode ser classificada em dois grupos: a cegueira e a visão parcial ou reduzida (baixa visão). As que apresentam a cegueira são aquelas que perderam totalmente a visão ou aquelas que têm somente a percepção da luz, necessitando do uso do Sistema Braille como meio de leitura e escrita ou de meios de comunicação que não estejam relacionados com o uso da visão. Já as que apresentam visão parcial ou reduzida são aquelas que têm limitações da visão à distância, mas que

¹ De acordo com a Declaração de Salamanca (1994) refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem.



são capazes de ver materiais e objetos a poucos centímetros de distância, elas são capazes de ler textos impressos ampliados ou com o uso de recursos óticos especiais (Kirk e Gallagher, 2002, p. 180).

As principais causas da cegueira têm sido relacionadas em amplas categorias como doenças infecciosas, acidentes e ferimentos, e causas hereditárias como a catarata, a atrofia do nervo ótico, e o albinismo. É importante destacar que esses fatores hereditários ainda são mais frequentes na causa da deficiência visual do que as doenças e os acidentes. Dentre as principais doenças que podem levar a cegueira, pode-se destacar a diabetes, a sífilis, o glaucoma, e a ceratite².

A criança com deficiência visual enfrenta ao longo da sua vida diversas limitações referentes à percepção, como a capacidade de se locomover, a interação com o meio ambiente e a extensão e a variedade de experiências. Em relação ao desenvolvimento cognitivo, González (2007, p. 104) afirma que:

A capacidade de processamento da informação não diminui nem com a cegueira nem total nem parcial, mas o que dificulta a cognição são as limitações pela falta de exploração direta e os problemas da mobilidade, mesmo que algumas possam ser substituídas por outros canais de informação.

A esse respeito, Silva (2014, p. 55), afirma que:

Está cientificamente comprovado que crianças cegas e videntes apresentam o mesmo padrão de desenvolvimento, embora o ritmo possa ser mais lento para as que não enxergam. Porém, não devemos ater à afirmativa em relação ao “ritmo mais lento” e deixar de oportunizar várias e desafiadoras atividades que estimulem o desenvolvimento cognitivo dos alunos cegos.

Tais assertivas justificam o nosso interesse em querer responder ao nosso questionamento sobre como está ocorrendo a inclusão das pessoas com Necessidades

² A ceratite é a inflamação da córnea que pode ser causada por bactérias, vírus, e fungos.



Educacionais Especiais nas escolas regulares, neste caso, como alunos cegos estão sendo acolhidos em suas especificidades de aprendizagem em escolas comuns. Se a requerida é orientada, nos documentos legais, se há adequação de atividades condizentes com a necessidade do aluno, adequações curriculares, pedagógicas, metodológicas, estruturais e físicas estão ocorrendo para a inclusão de tais alunos ou, se ao contrário, as ações, as práticas escolares contribuem para a sua exclusão.

Metodologia

Para o desenvolvimento do trabalho nos apoiamos em princípios da pesquisa participante, pois compreendemos que nesse tipo de pesquisa, o pesquisador compartilha da vivência dos sujeitos pesquisados participando, de forma sistemática e permanente, ao longo do tempo da pesquisa, das suas atividades. De acordo com Severino (2007, p. 120) na pesquisa participante o pesquisador coloca-se numa postura de identificação com os pesquisados, passando a interagir com eles em todas as situações, acompanhando todas as ações praticadas pelos sujeitos. Como recurso metodológico, utilizamo-nos para obtenção dos dados de observações que foram desenvolvidas entre os meses de junho, julho e agosto de 2014, na escola regular na qual a aluna esta matriculada. Também recorremos à aplicação de entrevista semiestruturada, no intuito de registrar suas impressões acerca do processo de inclusão na escola. Ao todo foram realizadas 3 entrevistas, compostas por 5 perguntas abertas e fechadas que buscaram saber sobre a inclusão da aluna na escola regular, suas dificuldades, suas necessidades na condição de deficiente visual.



Análise dos resultados

De acordo com Silva (2014) a inclusão não consiste somente em “efetuar a matrícula de alunos com deficiência nas escolas, mas sim em um processo de criar um todo, de reunir os alunos em geral, independente de suas condições étnicas, social, física, sensorial, intelectual, e fazer com que aprendam juntos e tenham sucesso em sua aprendizagem”.

Assim, a partir das observações realizadas foi possível perceber que a escola na qual a aluna frequenta ainda está se adequando a necessidade especial da aluna, principalmente no que corresponde a sua estrutura física como, a fixação de corrimãos em alguns corredores e pisos táteis em algumas salas.

Em relação à visão da aluna sobre a escola regular, percebe-se a partir das entrevistas que apesar de já estar na instituição há quase 2 (dois) anos, ainda não se adaptou ao contexto escolar:

“Antes eu não queria ir para essa escola. Tinha medo [...] na outra escola eu e meus amigos somos todos cegos. Pra gente isso é normal. Ai nessa nova escola, os outros alunos me ignoram porque sou cega, mas tem que estudar, né. Eu aos poucos eu vou me acostumando” (Relato da aluna).

Assim, fica evidente que a aluna ainda sofre com o problema da discriminação e do preconceito na maioria das vezes por parte dos alunos. Estes que deviam propiciar situações acolhedoras, ainda estão imersos no preconceito. Com isso, a escola como instituição educativa, tem de pensar em práticas humanizadoras que tornem toda a comunidade escolar inclusiva, aberta ao diferente, à diversidade.

Ainda, durante as observações ficou evidente que os professores não se adequaram a necessidade educacional da aluna na condição de deficiente visual. As atividades são na maioria das vezes apenas oralizadas com a aluna escrevendo em Braille com o auxílio da reglete e do punção:

“Eu fico triste porque os professores não sabem o Braille. Ai, eles deviam trazer as atividades em Braille pra eu não perder muito tempo escrevendo no



Braille. Eu fico cansada. Se eles trouxessem as atividades no Braille, aí facilitava muito nas aulas” (Relato da aluna).

É necessário que no processo educacional de alunos com deficiência visual, o professor considere diversos aspectos, dentre eles o grau de aceitação do aluno de sua condição de ser cego, as implicações decorrentes da cegueira, as características e o funcionamento próprios de cada sentido (o tato, olfato, paladar e audição), além de instrumentos e recursos didáticos disponíveis na atualidade, como: a leitura através do Sistema Braille, o Sorobã para cálculos matemáticos, a audição de livros falados, os materiais didáticos adaptados, a tecnologia, os objetos concretos e reais que rodeiam, além de proposições didáticas e da formação do professor que deve ser conceitual, reflexiva e prática (SILVA, 2006).

Ao questionarmos a aluna, se a mesma já foi excluída ou isenta de participar de alguma atividade da escola em condição da sua deficiência, a mesma relatou:

“Eu já fui. Às vezes não querem fazer trabalho em grupo comigo porque não vejo. Daí outra vez teve uma atividade na escola que não deixaram eu participar porque sou cega. E um dia, a professora disse que eu não precisava fazer a avaliação, aí eu disse que queria porque eu tinha estudado, aí ela disse, não você tá cansada, e tá muito difícil pra você” (Relato da aluna).

Diante tal depoimento, é necessário que se afirme com base nas discussões de Silva (2006, p. 151) que “o aluno com deficiência visual seja orientado a seguir as mesmas regras da sala de aula e as normas de disciplina, exatamente como qualquer outro aluno deve seguir”. Que seja “estimulado a participar de todas as atividades do dia-dia escolar, sendo-lhes apresentadas alternativas que o tornem capaz de realizá-las com o mesmo nível de dificuldade conferido aos demais alunos” (p. 151).

Ainda de acordo com Silva (2014), é importante que o professor nunca exclua o aluno com deficiência visual de participar plenamente das diversas atividades que fazem



parte do cotidiano da escola, muito menos minimizar a participação do mesmo. Proporcionar oportunidades ao aluno com deficiência visual de ter sucesso ou de falhar é uma postura correta e que deve ser seguida sempre pelos docentes. Ainda, é imprescindível que o professor:

Possibilite diferentes instrumentos de avaliação, tais como: prova em Braille, prova oral, apresentação de seminários e portfólios adaptados para o aluno cego; permita, durante as aulas, o uso de gravador, da máquina de escrever Braille, de computador com programas sintetizadores de voz e leitores de texto; promova atividades colaborativas entre os alunos, tais como as que podem ser desenvolvidas em dupla, possibilitando ao aluno cego ter, em seu colega, um escriba e leitor (SILVA, 2014, p. 59).

Ao questionar se a aluna se sentia realmente incluída na escola, a mesma afirmou que:

“Não, eu não me considero incluída nessa escola. Às vezes parece que nem existo. Poucos se importam com a minha dificuldade, quase nenhum professor prepara uma aula pensando em mim. É muito difícil, mas eu vou me adaptando; tô trazendo meu notebook para escrever mais rápido e tô pedindo aos professores que enviem minhas provas pra uma escola que tem a impressora em Braille” (Relato da aluna).

Assim, é possível perceber que a inclusão da aluna com deficiência na escola observada e pesquisada acontece meramente por obrigatoriedade legal, via matrícula. Portanto, ficou evidente que a escola na qual a aluna está matriculada ainda precisa de muitas adequações no que diz respeito à adaptação de atividades que atendam a suas necessidades especiais na condição de deficiente visual, além de uma melhor visibilidade perante a comunidade escolar para minimizar o preconceito “sofrido” pela aluna por alguns componentes da escola. Para a maioria é como se aluna não existisse.

De acordo com Martins (2006, p. 19) para que a aluna seja realmente incluída na escola é necessário que o Governo de fato adote políticas inclusivas e não apenas



divulgue, através dos meios de comunicação, que está promovendo a inclusão escolar e que, em decorrência disto, as escolas estão sendo receptivas para receber a todos os educandos, sem exceção; que busque formas a fim de contribuir para mudar a escola, para torná-la receptiva às necessidades de todos os alunos.

Conclusão

O trabalho aqui apresentado e desenvolvido em uma escola regular de ensino possibilitou-nos a reflexão, dentre outros aspectos, sobre o cotidiano escolar de uma aluna com deficiência visual mediante a sua inserção em uma instituição inclusiva. Ainda ficou evidente a partir das observações e das entrevistas que são muitas as dificuldades encontradas na escola regular para atender os educandos com Necessidades Educacionais Especiais de uma forma geral.

De acordo com o relato da aluna, é possível compreender que a mesma não se sente incluída na escola, principalmente devido ao preconceito por parte de alguns colegas, e a falta de preparação dos professores em adequar as atividades mediante a necessidade da aluna, e com isso, os isentam de participar de várias atividades do ambiente escolar.

A sua realidade é de quase total isolamento, indiferença e exclusão. O que denota a urgente necessidade de um trabalho de formação na perspectiva inclusiva com toda a comunidade escolar, a fim de que a aluna em questão e outros que nela estudam sejam respeitados em suas diferenças e recebam um ensino de qualidade que os leve a obter sucesso em sua escolarização.

Referências

Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>, acessado em 21 de outubro de 2014.

GONZÁLEZ, Eugenio. **Necessidades educacionais específicas**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

KIRK, Samuel A. & GALLAGHER, James J. **Educação da criança excepcional**. 3º ed.- São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARTINS, Lúcia de Araujo Ramos. **Inclusão: compartilhando saberes**. Org. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. Ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Luzia Guacira dos Santos. **Estratégias de ensino utilizadas, também, com um aluno cego, em classe regular**. In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. PIRES, José. PIRES, Gláucia Nascimento da Luz. MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de. (org.) *Inclusão: Compartilhando saberes*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SILVA, Luzia Guacira dos Santos. **Educação Inclusiva: práticas pedagógicas para uma escola sem exclusões**. 1º Ed. São Paulo, Paulinas, 2014.

STAINBACK, Susan. STAINBACK, William. **Inclusão: Um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.